

*Estruturar e Consolidar o Diálogo e a Cooperação Internacional do Brasil para promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*

O reconhecimento constitucional do direito à alimentação adequada como um direito humano, fundamental e universal estimulou o Brasil a promover a segurança e a soberania alimentar e nutricional também por meio da cooperação e do diálogo internacional.

A universalidade do direito humano à alimentação adequada motivou a criação de programas de assistência alimentar internacional, em resposta a crises socioambientais. Contudo, o aumento da frequência e da intensidade dos mencionados desastres exige a estruturação de meios e a elaboração de estratégia coordenada para a garantia do direito humano à alimentação adequada também em situações de emergência.

Desde a sua concepção, a dimensão internacional da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional orienta-se pela sustentabilidade socioeconômica e ambiental, sendo essa a sua maior contribuição ao concerto internacional, do ponto de vista prático e teórico.

Essa sustentabilidade apenas é possível com base na conjugação de medidas de caráter estruturante, com vistas ao fortalecimento das capacidades nacionais nos países cooperantes, para o estabelecimento e gestão de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional.

Nesse contexto, a América Latina e o Caribe, a África, os Países de Língua de Portuguesa e os BRICS representam espaço privilegiado para a consolidação dos esforços nacionais de disseminação das bem sucedidas experiências brasileiras em políticas públicas para a erradicação da fome.

A interssetorialidade da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional também se reflete na riqueza de atores engajados na dimensão internacional, razão pela qual se faz necessário fortalecer os espaços de coordenação sobre o tema, tais como a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O reforço institucional, a mobilização e a articulação dos atores do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo em vista o incremento de sua participação na política externa brasileira, é fundamental para a inserção qualificada do

MRE/CMOR

Brasil nas discussões sobre governança global dos sistemas alimentares internacionais saudáveis e sustentáveis e sobre as implicações para a segurança e para a soberania alimentar e nutricional dos povos.